

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2023

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	01
BALANÇO PATRIMONIAL	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	08
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	09
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

NOTAS EXPLICATIVAS

1	CONTEXTO OPERACIONAL	13
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	14
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	16
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS.....	25
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
7	PARTES RELACIONADAS.....	27
8	ATIVOS DE CONTRATO	28
9	FORNECEDORES	29
10	DEBÊNTURES	29
11	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	31
12	PIS E COFINS DIFERIDOS.....	33
13	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS.....	32
14	DIVIDENDOS A PAGAR.....	33
15	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	34
16	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	35
17	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	36
18	RESULTADO FINANCEIRO	37
19	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
20	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	44
21	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	45

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 875.343 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações



Building a better
working world

por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvermos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.787	54.742	Fornecedores	9	2.194	30.329
Aplicações financeiras	6	118.826	117.259	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		530	354
Contas a receber de clientes		13.689	20.095	Debêntures	10	306.744	56.998
Serviços pedidos		6.925	7.005	Impostos e contribuições a recolher		1.248	1.749
Impostos e contribuições a recuperar		907	896	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	2.958	7.430
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		13.967	8.005	PIS e COFINS diferidos	12	9.559	8.350
Adiantamentos a fornecedores		770	903	Dividendos a pagar	14	2.943	8.474
Depósitos judiciais		244	244	Incentivos fiscais		539	539
Outros créditos a receber		328	1.723	Encargos setoriais		10.197	8.165
Ativos de contrato	8	125.373	199.541	Participação nos lucros		563	595
Total do ativo circulante		341.816	410.413	Outras contas a pagar		2.077	690
				Total do passivo circulante		339.552	123.673
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		32	32	Debêntures	10	193.427	482.922
Imobilizado		-	228	PIS e COFINS diferidos	12	109.132	104.381
Ativos de contrato	8	749.970	696.247	Incentivos fiscais		10.152	10.834
Total do ativo não circulante		750.002	696.507	Imposto de renda e contribuições social diferidos	11	138.852	129.665
						451.563	727.802
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	143.790	22.756
				Reservas de lucros	15.3	156.913	232.689
Total do ativo		1.091.818	1.106.920	Total do patrimônio líquido		300.703	255.445
						1.091.818	1.106.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	268	15.425
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	16	135.653	131.900
Receita operacional líquida		135.921	147.325
Custo dos serviços prestados	17	(11.352)	(64.066)
Lucro bruto		124.569	83.259
Despesas gerais e administrativas	17	(2.413)	(1.732)
Outras despesas operacionais		(1.929)	(54)
Total de despesas operacionais		(4.342)	(1.786)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		120.227	81.473
Receitas financeiras	18	27.075	15.696
Despesas financeiras	18	(77.990)	(67.896)
Resultado financeiro		(50.915)	(52.200)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		69.312	29.273
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(11.924)	(16.581)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(9.187)	14.175
Impostos sobre o lucro		(21.111)	(2.406)
Lucro líquido do exercício		48.201	26.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração do resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>48.201</u>	<u>26.867</u>
Total resultados abrangentes	<u>48.201</u>	<u>26.867</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.756	3.269	74.331	111.235	26.319	-	-	237.910
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	26.867	26.867
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal	-	1.070	-	-	-	-	(1.070)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.460	-	-	(5.460)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(3.407)	-	-	-	-	(3.407)
Constituição de reserva para investimentos e expansão	-	-	-	-	14.412	-	(14.412)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(5.722)	(5.722)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(203)	(203)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.756	4.339	70.924	116.695	40.731	-	-	255.445
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	48.201	48.201
Destinação do lucro								
Constituição de reserva de incentivo fiscal	15.3 a	-	-	9.154	-	-	(9.154)	-
Constituição de reserva legal	15.3 b	-	1.952	-	-	-	(1.952)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	(371)	(371)
Realização da reserva de lucros a realizar	15.3 c	-	-	(2.572)	-	-	-	(2.572)
Constituição de reserva para investimentos e expansão	15.3 d	-	-	-	-	36.724	(36.724)	-
Aumento de capital	15.2	121.034	(4.339)	-	(116.695)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		143.790	1.952	68.352	9.154	77.455	-	300.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	-	435
Receita de remuneração de ativos de contrato	158.461	156.811
Receita de operação e manutenção	4.884	20.755
Outras receitas	3.475	3.311
	<u>166.820</u>	<u>181.312</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	-	(194)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.724)	(16.747)
Ativos de contrato - perda de realização	-	(47.926)
	<u>(9.724)</u>	<u>(64.867)</u>
Valor adicionado bruto	<u>157.096</u>	<u>116.445</u>
Amortização	<u>(6)</u>	<u>(219)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>157.090</u>	<u>116.226</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>28.342</u>	16.461
	<u>28.342</u>	<u>16.461</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>185.432</u>	<u>132.687</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	4.573	4.295
Benefícios	578	303
FGTS	149	164
	<u>5.300</u>	<u>4.762</u>
Tributos		
Federais	53.780	33.035
Municipais	16	15
	<u>53.796</u>	<u>33.050</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	68.242	66.702
Aluguéis	145	112
Outros	9.748	1.194
	<u>78.135</u>	<u>68.008</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	371	203
Lucro líquido do exercício	47.830	26.664
	<u>48.201</u>	<u>26.867</u>
Valor adicionado	<u>185.432</u>	<u>132.687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.201	26.867
Ajuste para:		
Amortização do intangível	6	219
Margem da receita de construção	-	47.685
Remuneração dos ativos de contrato	(158.461)	(156.811)
Receita de operação e manutenção	(4.884)	(20.755)
PIS e COFINS diferidos	5.960	2.332
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	68.242	66.702
Rendimentos de aplicações financeiras	(28.322)	(16.444)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	11.924	16.581
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	9.187	(14.175)
	<u>(48.147)</u>	<u>(47.799)</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	190.196	191.363
Impostos e contribuições a recuperar	(11)	10
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(2.862)	(740)
Ativos de contrato, líquido dos juros capitalizados	-	(194)
Adiantamento a fornecedores	133	(88)
Depósitos judiciais	-	(244)
Outros créditos a receber	1.395	114
Serviços próprios	80	(556)
Fornecedores	(28.135)	(91)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	176	(8)
Participações nos lucros	(32)	(26)
Incentivos fiscais	(682)	(539)
Impostos e contribuições a recolher	(501)	55
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher	(930)	(2.040)
Encargos setoriais	2.032	1.119
Outras contas a pagar	1.387	(266)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	162.246	187.869
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.566)	(16.315)
Juros pagos de debêntures	(64.151)	(53.346)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	31.382	70.409
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	26.755	(7.353)
Baixa de imobilizado	222	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	26.977	(7.353)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(8.474)	(8.773)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(52.314)	(8.773)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	6.045	54.283
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.742	459
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	60.787	54.742
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	6.045	54.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Integração Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “INTESA”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005, controlada pela Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 01/2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) Colinas – Miracema, 500^(*) kV, circuito simples – 173^(*) km;
- (b) LT Miracema - Gurupi 500^(*) kV, circuito simples – 255^(*) km;
- (c) LT Gurupi – Peixe 2, 500^(*) kV, Circuito simples – 72^(*) km;
- (d) LT Peixe 2 – Serra da Mesa 2, 500^(*) kV, Circuito simples – 195^(*) km; e
- (e) Subestações Peixe 2 e Serra da Mesa 2.

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

1.1 Alteração do controle societário - compra e venda de ações

Em 1º de novembro de 2023, foi divulgado ao mercado que, conforme aprovado em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 30 de outubro de 2023, foi celebrado o Contrato de compra e venda de ações entre a Equatorial Energia S.A. (Vendedora) e a Infraestrutura e Brasil S.A. (Compradora), com interveniência e anuência da *Caisse de dépôt et placement du Québec* (CDPQ), por meio da qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da INTESA.

O valor total da operação (*enterprise value*) está estimado em R\$ 716.929, considerando um *equity value* de R\$ 396.371, sendo R\$ 313.871 pagos pela compradora para a vendedora na data do fechamento da operação mais o *earn out* do valor remanescente, que serão atualizados pelo CDI entre 31 de dezembro de 2023 e a data do efetivo pagamento. O *enterprise value* considera ainda a dívida líquida de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 320.558. A conclusão da operação teve sua aprovação obtida pelo Conselho Administrativo de Defesa (CADE) em 12 de janeiro de 2024 e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 05 de março de 2024.

Em 21 de março de 2024, a Equatorial Energia S.A. (Vendedora) e a Infraestrutura e Brasil S.A. (Compradora) efetivaram o fechamento da operação. Assim, como resultado do processo, a Compradora adquiriu 100% do capital social votante da controlada INTESA, e pagou, a título de preço de aquisição, valores que foram atualizados referente à transação para, aproximadamente, R\$ 320.913, de acordo com a data de fechamento.

Conforme divulgado no Comunicado ao Mercado, em 01 de novembro de 2023, o valor remanescente no montante de até R\$ 84.494 é referente a *earn-out*, baseado no processo de revisão da INTESA, atualizado pela variação do CDI entre a “data-base” e a data de fechamento, bem como demais ajustes, positivos ou negativos, como previsto no Contrato. Eventuais valores serão pagos nas condições estabelecidas em Contrato.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1.2 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 002/2006 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 27 de abril de 2006, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 26 de abril de 2036, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1108/2012, com validade de 08 anos contados a partir de sua assinatura, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. O protocolo foi realizado, na data 27 de junho 2020, através da carta Intesa / Bsb / 052/2020, a licença de operação, solicitada no prazo, continua válida, até que o órgão se manifeste.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos Financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Dois obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

- **Redução de ICMS**

A Companhia goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial-TARE nº 1956/2007 firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas de importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica,

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

- **REIDI**

Os serviços de reforços e melhorias das instalações de transmissão tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 43 de 1º de março de 2023.

- **SUDAM**

Em 31 de dezembro de 2018 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 201/2018, que outorga a Companhia a redução do imposto de renda em 75%, sob a justificativa de modernização total de suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 a 2027.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.7.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.7.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.7.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Capital social

3.8.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.9 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.10.1 Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11). Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	IFRS 17 Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	07/05/2021 01/03/2022	01/01/2023 01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Não aplicável à Companhia Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i>	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: <ul style="list-style-type: none">• O que se entende por direito de adiar a liquidação.• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP n° 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal n° 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.

4 Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R\$ 121.968, homologado pela REH 3.216/2023.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. Ademais, especificamente para INTESA tem-se uma redução da RAP no 16º ano do contrato de concessão, que iniciou em 30 de maio de 2023. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 2.565/2019 (vigente a partir de 1º de junho de 2019), reajustou em 4,66% a RAP.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANNEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a companhia possui os seguintes reforços e melhorias autorizados para construção:

- REA nº 5.906/2016 - Substituição do banco de capacitores da subestação (SE) Peixe II;
- REA nº 6.259/2017 - Substituição do banco de capacitores da SE Miracema e Gurupi, e instalação reator de barra monofásico da SE Miracema; e
- REA nº 7.761/2019 - Aquisição e instalação de dois conjuntos de baterias/retificadores de 48VCC independentes entre si para o sistema de Telecomunicações da SE Gurupi, Peixe 2 e Serra da Mesa 2, e chaveamento automático do banco de reatores de barra - RT8 da SE Miracema.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	451	167
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	60.336	54.575
Total	<u>60.787</u>	<u>54.742</u>

- (a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 102,93% a.a. do CDI (101,94% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6 Aplicações financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Fundo de Investimento		
Cotas de fundos de investimento FIDC (a)	525	117.259
Cotas de fundos de investimentos (b)	118.301	-
Total	<u>118.826</u>	<u>117.259</u>

- (a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial; e
- (b) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 102,20% a.a. do CDI (102,42% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2023		2022	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	104	-	184	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	189	-	315	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	59	-	108	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	67	-	122	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	216	-	324	-
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(a)	11	-	20	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	197	-	318	-
Total		843	-	1.391	-
Outros créditos a receber					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	46	96	7	71
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	146	133	10	86
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	19	40	3	18
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	32	67	5	29
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	26	54	4	4
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(b)	4	7	1	1
Equatorial Transmissoras 1 SPE S.A.	(b)	1	2	-	1
Equatorial Transmissoras 2 SPE S.A.	(b)	1	2	-	1
Equatorial Transmissoras 3 SPE S.A.	(b)	1	2	-	1
Equatorial Transmissoras 4 SPE S.A.	(b)	2	4	-	-
Equatorial Transmissoras 5 SPE S.A.	(b)	1	2	-	1
Equatorial Transmissoras 6 SPE S.A.	(b)	1	2	-	-
Equatorial Transmissoras 7 SPE S.A.	(b)	1	2	-	-
Equatorial Transmissoras 8 SPE S.A.	(b)	1	2	-	1
Total		282	415	30	214
Fornecedores					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(4)	(14)	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(d)	-	-	(505)	(505)
Total		(4)	(14)	(507)	(517)
Outras contas a pagar					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(145)	(486)	(128)	(505)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(18)	(191)	(38)	(175)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(16)	(90)	(35)	(73)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(15)	(60)	(15)	(63)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(14)	(68)	(1)	(1)
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(b)	(5)	(15)	(2)	(2)
Equatorial Transmissoras 2 SPE S.A.	(b)	-	(1)	-	-
Equatorial Transmissoras 4 SPE S.A.	(b)	(1.794)	(416)	-	-
Equatorial Transmissoras 7 SPE S.A.	(b)	-	(1)	-	-
Equatorial Transmissoras 8 SPE S.A.	(b)	-	(1)	-	-
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	-	-	-	(2.054)
Total		(2.007)	(1.329)	(219)	(2.873)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	(2.943)	-	(8.474)	-
Total		(2.943)	-	(8.474)	-

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço – (bens em comodato)				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Transmissoras 1 SPE S.A.	(f) 346	346	357	357
Total	346	346	357	357

- (a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (e) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 14 - Dividendos a pagar; e
- (f) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. para à Integração Transmissora de Energia S.A., e de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

7.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Energia S.A. e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 197 (R\$ 332 em 31 dezembro de 2022).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A, controladora direta, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, na apólice de seguro, abaixo listada:

Instituição	Valor Contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2023
Apólices de Seguros	684	100	05/05/2021	05/05/2026	N/A	N/A
Total	684	-	-	-	-	-

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	895.788	4.884	158.461	(183.790)	875.343
Total	895.788	4.884	158.461	(183.790)	875.343
Circulante	199.541				125.373
Não circulante	696.247				749.970

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Perda de realização (d)	2022
Ativos de contrato em serviço	959.457	21.190	156.811	(193.744)	(47.926)	895.788
Total	959.457	21.190	156.811	(193.744)	(47.926)	895.788
Circulante	181.983					199.541
Não circulante	777.474					696.247

- (a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 16 - Receita operacional líquida;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento; e
- (d) Variações entre a margem orçada *versus* a margem realizada proveniente principalmente dos efeitos inflacionários do exercício e variação nos custos operacionais.

9 Fornecedores

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	1.955	29.596
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	4	507
Encargos de uso da rede elétrica	235	226
Total (b)	2.194	30.329

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão; e
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há saldo em aberto para estas operações (R\$ 272 em 31 de dezembro de 2022). Não há pagamento de juros por parte da Companhia nem recebimentos de “rebates financeiros”.

10 Debêntures

10.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.998	482.922	539.920
Encargos	61.951	-	61.951
Transferências	282.586	(282.586)	-
Amortização	(43.840)	-	(43.840)
Pagamento de juros	(64.151)	-	(64.151)
Variação monetária	12.454	(6.909)	5.545
Custo de captação (a)	746	-	746
Saldos em 31 de dezembro de 2023	306.744	193.427	500.171
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.906	517.658	526.564
Encargos	59.252	-	59.252
Transferências	32.589	(32.589)	-
Pagamento de juros	(53.346)	-	(53.346)
Variação monetária	8.853	(2.147)	6.706
Custo de captação (a)	744	-	744
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.998	482.922	539.920

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Características das debêntures

Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	2023		Total
							Passivo circulante	Passivo não circulante	
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	44.601	43.758	88.359
2ª	(1)/(3)/(4)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	257.743	-	257.743
2ª	(1)/(3)/(4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	4.400	149.669	154.069
Total							306.744	193.427	500.171

Característica das Debêntures

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

10.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2023	
	Valor	%
Circulante	306.744	61%
2025	44.133	9%
2026	150.000	30%
Subtotal	194.133	39%
Custo de captação (Não circulante)	(706)	0%
Não circulante	193.427	39%
Total	500.171	100%

10.4 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	2,1	2,1

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

11.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	69.312	69.312	29.273	29.273
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	17.328	6.238	7.318	2.635
Adições:				
Custo de construção - CPC 47	-	-	12.030	4.331
Remuneração e RAP – Ativos de contrato (a)	29.571	10.646	35.296	12.707
Outras adições permanentes	74	27	-	-
Total de adições (B)	29.645	10.673	47.326	17.038
Exclusões:				
Receita de construção CPC 47	(37.505)	(13.502)	(36.896)	(13.283)
Outras provisões	(449)	(162)	(1.508)	(544)
Outras provisões permanentes	(782)	(273)	(24)	-
Provisão para participação nos lucros	(8)	(3)	(8)	(2)
Total de exclusões (C)	(38.744)	(13.940)	(38.436)	(13.829)
Compensações:				
Incentivo PAT	(4)	-	(11)	-
IRPJ e CSLL Outros	7.997	1.885	-	-
Total das compensações (D)	7.993	1.885	(11)	-
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(9.154)	-	(5.460)	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D +E)	(7.068)	(4.856)	(10.737)	(5.844)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(6.754)	(2.433)	10.422	3.753
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(13.822)	(7.289)	(315)	(2.091)
Alíquota efetiva	20%	11%	1%	7%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017 que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e

(b) Ver nota explicativa nº 3.4.1 – Benefícios fiscais.

11.2 Conciliação de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Saldo em 2022	Reconhecimento no resultado	Valor líquido 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Custo/Receita de construção - CPC 47	(129.665)	(10.790)	(140.455)	-	(140.455)
IRPJ/CSLL diferido outros	-	1.614	1.614	1.614	-
Provisão para participação nos lucros	-	(11)	(11)	-	(11)
Total	(129.665)	(9.187)	(138.852)	1.614	(140.466)

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.346
IRPJ e CSLL correntes do exercício	16.581
Pagamentos referentes a IRPJ e CSLL	(15.441)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(2.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.430
IRPJ e CSLL correntes do exercício	11.924
Reclassificação de IRPJ e CSLL	3.100
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	(18.566)
Tributos retidos IRPJ e CSLL	(930)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.958

12 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	-	435
Receita de remuneração de ativos de contrato	158.461	156.811
Ativos de contrato - perda de realização	-	(47.926)
	158.461	109.320
PIS/COFINS sobre a receita dos ativos de contrato no exercício (9,25%) (i)	14.658	10.112
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(8.698)	(7.780)
Saldo no início do exercício (iii)	112.731	110.399
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	118.691	112.731
Circulante	9.559	8.350
Não Circulante	109.132	104.381

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal.

13 Provisão para riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 9.417 (R\$ 9.223 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

	2023	2022
Cível	-	223
Trabalhista	35	86
Fiscal	96	-
Ambiental	9.286	8.914
Total	9.417	9.223

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

13.1 Cível

A Companhia não figura como ré em processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (1 processo em 31 de dezembro de 2022, referente à ação indenizatória). A redução em relação ao exercício de 2022, refere-se ao arquivamento do processo nº 0407261.29.2008.809.0103, durante o segundo trimestre de 2023.

13.2 Trabalhista

A Companhia figura como ré em 1 processo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 (2 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, referem-se à responsabilidade subsidiária. Em 31 de dezembro de 2023, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 0000476-24.2021.5.10.0802, de responsabilidade subsidiária no montante de R\$ 35 (R\$ 32 em 31 de dezembro 2022) para as quais não foi constituída provisão.

13.3 Fiscal

A Companhia figura como ré em 1 processo fiscal em 31 de dezembro de 2023 (0 processo em 31 de dezembro de 2022), ao qual, refere-se à ação indenizatória.

Em 31 de dezembro de 2023, o processo de nº 1090222-79.2021.4.01.3400, com expectativa de perda possível, refere-se à ação indenizatória de PIS/COFINS, no montante de R\$ 96 (R\$ 0 em 31 de dezembro 2022) para as quais não foi constituída provisão.

13.4 Ambiental

A Companhia figura como ré em 1 processo ambiental em 31 de dezembro de 2023 (1 processo em 31 de dezembro de 2022), ao qual, refere-se ao não atendimento à condicionantes ambientais. Processo nº 0004510-38.2013.4.01.4300, classificado como possível, para o qual não foi constituída provisão, no montante de R\$ 9.286 (R\$ 8.914 em 31 de dezembro de 2022).

14 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	48.201	26.867
(-) Reserva de incentivo fiscal	(9.154)	(5.460)
(-) Reserva legal	(1.952)	(1.070)
Lucro líquido ajustado	37.095	20.337
Dividendos mínimos obrigatórios	371	203
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	2.572	3.407
Total dividendos mínimos do exercício	2.943	3.610

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.773
Juros sobre capital próprio	4.864
Dividendos mínimos obrigatórios	203
Dividendos da reserva de lucro a realizar	3.407
Pagamento de dividendos no exercício	(8.773)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.474
Dividendos mínimos obrigatórios	371
Dividendos da reserva de lucro a realizar	2.572
Pagamento de dividendos no exercício	(8.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.943

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 143.790 (Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 22.756).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 170.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Energia S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

15.2 Aumento de capital

Em 26 de abril de 2023, a Assembleia deliberou o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 121.034, sendo R\$ 4.339 da reserva legal e R\$ 116.695 da reserva de incentivos fiscais, sem a emissão de novas ações. Desta forma, a Companhia entende estar enquadrada dentro dos limites do art. 199 da Lei 6.404/76 que versa sobre limite do saldo de reserva de lucros.

15.3 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	9.154	116.695
Reserva legal	(b)	1.952	4.339
Reserva de lucros a realizar	(c)	68.352	70.924
Reserva para investimento e expansão	(d)	77.455	40.731
Total		156.913	232.689

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$ 9.154 (R\$ 116.695 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de redução de R\$ 116.695 refere-se à utilização da reserva para aumento de capital de acordo aprovado em Assembleia de 26 de abril de 2023 e de aumento de 9.154 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2023.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	48.201	26.867
(-) Reserva de incentivo fiscal	(9.154)	(5.460)
Lucro ajustado	39.047	21.407
(-) Reserva legal (5%)	1.952	1.070

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 68.352 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 70.924).

d. Reserva para investimentos e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva para investimentos e expansão é de R\$ 77.455 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 40.731).

16 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	-	435
Receita de Operação e Manutenção (b)	4.884	20.755
Outras receitas	3.475	3.311
	<u>8.359</u>	<u>24.501</u>
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(758)	(1.626)
PIS/COFINS diferidos	-	(41)
ISS	(16)	(15)
Encargos do consumidor (c)	(7.317)	(7.394)
	<u>(8.091)</u>	<u>(9.076)</u>
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	<u>268</u>	<u>15.425</u>
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	158.461	156.811
PIS/COFINS corrente	(14.364)	(10.406)
PIS/COFINS diferidos	(8.444)	(14.505)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	<u>135.653</u>	<u>131.900</u>
Receita operacional líquida	<u>135.921</u>	<u>147.325</u>

- (a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização das obras dos bancos de capacitores;
- (b) A redução da receita de operação e manutenção é reflexo da diminuição do custo realizado em 2023, somado ao efeito da variação de margem de operação;
- (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 – Ativos de contrato.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

16.1 Margens das obrigações de performance

	2023	2022
Implementação e melhoria de infraestrutura		
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	395
Perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	(43.493)
	-	(43.098)
Custo	-	(194)
Margem (R\$)	-	(43.292)
Margem percebida (%) (*)	-	-100,45%
Margem orçada no início do contrato (%)	-	45,91%
Operação e manutenção		
Receita	4.884	20.755
Custo	(11.352)	(20.379)
Margem (R\$)	(6.468)	376
Margem percebida (%) (**)	-132,43%	1,81%
Margem orçada no início do contrato (%)	45,91%	45,91%

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022.

(**) Com a diminuição da RAP em julho de 2023, a margem real calculada em 31 de dezembro de 2023 reduziu em comparação a margem calculada até o 31 de dezembro de 2022, essa redução impactou a margem da Receita de O&M que precisou ser ajustada refletindo esse novo cenário. Essa variação também foi impactada pela mudança de metodologia, que até 31 de dezembro de 2022 toda a variação de perda na margem, ficou na própria conta da margem e a partir de 01 janeiro de 2023 a variação de perda é transferida para a conta de receita de operação e receita de remuneração de ativo de contrato, causando assim uma diminuição no saldo de receita de O&M.

17 Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2023				Despesas Gerais e administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(4.684)	(45)	(4.729)	(1.090)
Material	-	(821)	-	(821)	-
Serviços de terceiros	-	(5.586)	(71)	(5.657)	(1.039)
Arrendamento e aluguéis	-	(139)	-	(139)	(6)
Depreciação	-	-	(6)	(6)	-
Outros	-	-	-	-	(278)
Total	-	(11.230)	(122)	(11.352)	(2.413)
	2022				Despesas gerais e administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(4.228)	(13)	(4.241)	(846)
Material	(31)	(769)	-	(800)	(4)
Serviços de terceiros	(155)	(14.735)	(101)	(14.991)	(785)
Arrendamento e aluguéis	-	(105)	(3)	(108)	(4)
Depreciação	-	-	(219)	(219)	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	-	-	(43.493)	(43.493)	-
Outros	(8)	-	(206)	(214)	(93)
Total	(194)	(19.837)	(44.035)	(64.066)	(1.732)

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	28.322	16.444
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.267)	(765)
Outras receitas financeiras	20	17
Total	<u>27.075</u>	<u>15.696</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(62.697)	(59.996)
Variação monetária da dívida	(5.545)	(6.706)
Juros, multas s/ operação de energia	(1.729)	(42)
Outras despesas financeiras (b)	(8.019)	(1.152)
Total	<u>(77.990)</u>	<u>(67.896)</u>
Resultado financeiro	<u>(50.915)</u>	<u>(52.200)</u>

- (a) O aumento em rendimentos financeiros e encargos da dívida ocorreu, principalmente, em função do aumento do CDI, que em 31 de dezembro de 2022 era 12,39% e em 31 de dezembro de 2023 fechou em 13,04%.; e
- (b) O aumento em outras despesas financeiras refere-se, principalmente, a juros e multas sobre IRPJ e CSLL, pagos em atraso.

19 Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

19.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	60.787	60.787	54.742	54.742
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	118.826	118.826	117.259	117.259
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	13.689	13.689	20.095	20.095
Total			193.302	193.302	192.096	192.096

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	2.194	2.194	30.329	30.329
Debêntures	-	Custo amortizado	500.171	499.240	539.920	536.943
Total			502.365	501.434	570.249	567.272

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; e

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A..

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

19.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora direta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora direta Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 87.703 (R\$ 54.742 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	Valor contábil *	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Títulos de dívida emitidos com garantia	500.171	555.875	-	335.045	64.225	156.605
Fornecedores	2.194	2.194	2.194	-	-	-
Total	502.365	558.069	2.194	335.045	64.225	156.605

(*) Os valores apresentados estão sem os custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.4 – *Covenants*, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	179.162	197.150	201.647	206.144	192.653	188.156
Impacto no resultado				4.497	8.994	(4.497)	(8.994)
Passivos financeiros							
Debêntures	CDI	(412.410)	(453.816)	(464.167)	(474.519)	(443.464)	(433.113)
	IPCA	(89.213)	(94.851)	(96.261)	(97.670)	(93.442)	(92.032)
Total de passivos financeiros		(501.623)	(548.667)	(560.428)	(572.189)	(536.906)	(525.145)
	CDI		(41.406)	(10.351)	(20.703)	10.351	20.703
	IPCA		(5.638)	(1.410)	(2.819)	1.410	2.819
Impacto no resultado				(11.761)	(23.522)	11.761	23.522
Efeito líquido no resultado				(7.264)	(14.528)	7.264	14.528
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (% 12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 10 – Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

20 Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Dividendos mínimos obrigatórios	371
Realização da reserva de lucros a realizar	2.572
Total	<u>2.943</u>

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa de financiamento	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Debêntures	539.920	-	(64.151)	24.402	500.171
Dividendos a pagar	8.474	(8.474)	-	2.943	2.943
Total	<u>548.394</u>	<u>(8.474)</u>	<u>(64.151)</u>	<u>27.345</u>	<u>503.114</u>

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas e dividendos distribuídos no exercício a pagar.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Eventos subsequentes

Processo de alienação

Em 21 de março de 2024, a Equatorial Energia S.A. (Vendedora) e a Infraestrutura e Brasil S.A. (Compradora) efetivaram o fechamento da operação. Assim, como resultado do processo, a Compradora adquiriu 100% do capital social votante da controlada INTESA, e pagou, a título de preço de aquisição, valores que foram atualizados referente à transação para, aproximadamente, R\$ 320.913, de acordo com a data de fechamento.

Conforme divulgado no Comunicado ao Mercado, em 01 de novembro de 2023, o valor remanescente no montante de até R\$ 84.494 é referente a *earn-out*, baseado no processo de revisão da INTESA, atualizado pela variação do CDI entre a “data-base” e a data de fechamento, bem como demais ajustes, positivos ou negativos, como previsto no Contrato. Eventuais valores serão pagos nas condições estabelecidas em Contrato.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Junior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-DF